



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
MARANHÃO**

CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ – CCIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

TIAGO SILVA OLIVEIRA SERAFIM

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE
IMPERATRIZ/MA: uma análise a partir da Escola Municipal Maria Evangelista**

IMPERATRIZ-MA
2025



TIAGO SILVA OLIVEIRA SERAFIM

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE
IMPERATRIZ/MA: uma análise a partir da Escola Municipal Maria Evangelista**

Trabalho de Conclusão de Curso, formato de Artigo Científico apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão/UFMA, como requisito para obtenção do título de licenciado sob orientação do prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira
(Orientador)

Dr. Luciano Rocha da Penha
(Examinador)

Me. Samir de Barros Rebêlo.
(Examinador)

Me. Bezaliel Alves Oliveira Junior.
(Examinador)

IMPERATRIZ-MA
2025



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Serafim, Tiago.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO
DE IMPERATRIZ/MA : uma análise a partir da Escola
Municipal Maria Evangelista / Tiago Serafim. - 2025.
27 p.

Orientador(a): Alexandre Peixoto.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade
Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão
Ufma, 2025.

1. Trabalho. 2. Educação. 3. Desigualdade. I.
Peixoto, Alexandre. II. Título.



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder forças, saúde e sabedoria ao longo desta caminhada. À minha família, sou profundamente grato pelo apoio constante, pelo incentivo diário e por sempre valorizarem a educação como um caminho de transformação. Desde cedo, vi o quanto o conhecimento era respeitado em casa, e é com orgulho que tento servir de inspiração para meus irmãos mais novos, mostrando que através do estudo e da ciência podemos alcançar lugares que antes pareciam distantes.

Durante minha vivência acadêmica, agradeço de forma especial à minha amiga e técnica da coordenação do curso de Ciências Sociais – Sociologia, Alda Dantas do Rego. Em muitos momentos difíceis, ela esteve ao meu lado, me ajudando a traçar caminhos, oferecer soluções e acreditar que era possível continuar. Seu apoio ultrapassou as questões acadêmicas e me ajudou a crescer também como pessoa.

Agradeço também ao professor Dr. Rogério de Carvalho Veras, que me apresentou novas formas de enxergar o mundo. Por meio do grupo de pesquisa *Memórias e Trajetórias das Religiões – MensMemini*, tive a oportunidade de conhecer pessoas que se tornaram importantes na minha trajetória: minha amiga Polyana Almeida (atualmente doutoranda pela UFPA), meu tio Bezaliel Alves de Oliveira Júnior (doutorando pela UEMA) e meu parceiro Washington Araújo (doutorando pela UFPE). Os três são frutos do programa de pós-graduação em Sociologia da UFMA, que também é o próximo passo que desejo seguir na minha formação.

Ao meu orientador, professor Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira, deixo aqui meu mais sincero agradecimento. Além de orientador, tornou-se um amigo com quem compartilhei não só a produção acadêmica, mas também conversas, risadas, jogos de futsal e momentos de descontração. Tenho certeza de que essa amizade seguirá por muitos anos, baseada em respeito, admiração e alegria.

Também agradeço ao meu amigo professor Mr. Samir de Barros Rebêlo, que esteve presente, vibrando com cada conquista e me ajudando em cada etapa. É como um irmão mais velho, companheiro de caminhada, que viveu comigo os altos e baixos da graduação, muitas vezes dividindo as broncas e os conselhos do professor Alexandre.

Agradeço, mais uma vez, a Deus por ter me permitido chegar até aqui. Sei que esta etapa não é o fim, mas apenas mais um passo em direção ao meu sonho. Com fé, resiliência e alegria que sempre caminham comigo, sigo acreditando que tudo é possível.



A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA: uma análise a partir da Escola Municipal Maria Evangelista

YOUTH AND ADULT EDUCATION POLICY IN THE MUNICIPALITY OF IMPERATRIZ/MA: an analysis based on the Maria Evangelista Municipal School

Tiago Silva Oliveira Serafim – UFMA – tiago.serafim@discente.ufma.br

Resumo: O Ensino Jovem Adulto (EJA) no Brasil é um componente fundamental da educação inclusiva, mas enfrenta uma série de desafios estruturais e sociais que comprometem seu desenvolvimento e a permanência dos estudantes. Em muitas localidades, especialmente nas periferias, as dificuldades relacionadas ao mercado de trabalho, à sobrecarga de responsabilidades familiares e à falta de apoio institucional tornam o processo educativo ainda mais desafiador. Este artigo investiga as relações entre a educação da EJA e o mundo do trabalho na cidade de Imperatriz, Maranhão, um município caracterizado por suas desigualdades sociais e econômicas. A partir dessa perspectiva, busca-se analisar, de maneira crítica, os avanços, desafios e perspectivas da política da EJA, a partir da materialidade dessa modalidade educacional na Escola Municipal Maria Evangelista, localizada no município de Imperatriz/MA. Além disso, explora-se a relação educação x trabalho, assim como, a importância de humanizar o processo educacional, proporcionando um espaço de acolhimento e transformação que considere as especificidades do contexto local e as realidades de quem vive na periferia urbana.

Palavras-chave: Educação de Jovem Adulto (EJA), Trabalho, Desigualdade.

Abstract: Young Adult Education (EJA) in Brazil is a fundamental component of inclusive education, but it faces a series of structural and social challenges that compromise its development and student retention. In many locations, especially on the outskirts, difficulties related to the job market, the overload of family responsibilities and the lack of institutional support make the educational process even more challenging. This article investigates the relationships between EJA education and the world of work in the city of Imperatriz, Maranhão, a municipality characterized by its social and economic inequalities. From this perspective, we seek to critically analyze the advances, challenges and perspectives of the EJA policy, based on the materiality of this educational modality at Escola Municipal Maria Evangelista, located in the municipality of Imperatriz/MA. Furthermore, the relationship between education and work is explored, as well as the importance of humanizing the educational process, providing a space for welcome and transformation that takes into account the specificities of the local context and the realities of those living in the urban periphery.

Keywords: Young Adult Education (EJA), work, inequality.

1. INTRODUÇÃO

A política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel essencial no processo de inclusão social e redução das desigualdades no Brasil. No entanto, o país tem sérios desafios nas altas taxas de evasão do programa EJA, sendo um problema que vem se desenvolvendo, afetando não só os indivíduos evadidos, mas toda uma comunidade ou meio em que se encontram.

A EJA é uma modalidade educacional que emerge da necessidade de corrigir profundas desigualdades históricas no acesso à escolarização. Voltada para sujeitos que, por diversos motivos, não puderam concluir a educação básica na idade regular, ela é, ao mesmo tempo, um direito social e uma estratégia essencial para a promoção da cidadania e da inclusão. Sua trajetória no Brasil, entretanto, reflete os desafios inerentes à luta pela universalização do ensino, em um país marcado por desigualdades socioeconômicas estruturais e por políticas educacionais frequentemente insuficientes para atender às demandas da população.

Todo esse contexto cresce quando observados e analisados em forma regional, como no caso do Maranhão, um Estado com um grande arcabouço histórico de desigualdade socioeconômica que ameaça o desenvolvimento dos jovens e adultos maranhenses amparados pelo programa EJA.

No Maranhão é observável um grande índice populacional voltado a questões da pobreza, desigualdade e acessibilidade restrita aos recursos, com isso vemos um reflexo de cenários mais dificultosos para o EJA do Brasil. O Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos indica que dados do IMESC apontam para altos números de evasão de estudantes de EJA no Maranhão, que frequentemente encontram-se em um círculo de falta de controle econômico e deficiência estrutural educacional. Esses aspectos são combinados para criação do ambiente em que muitos alunos abandonam os estudos porque não conseguem conciliar aprendizado com suas obrigações diárias como o trabalho e formas de subsistências, ou por não acharem as justificativas sociais para estudar, isso devido a estereótipos voltados a idades, gênero e até mesmo os locais e comunidades que residem onde não há um incentivo para o estudo.

O panorama da EJA no Brasil é definido por uma quantidade de fatores multifacetados, desde a pobreza nas escolas, a dificuldade de acesso aos materiais



e as dificuldades financeiras e sociais fazem com que muitas pessoas não consigam estudar ou abandonem a escola. No Maranhão, esses fatores adquirem um contraste pior principalmente em áreas mais afastadas, onde faltam escolas, materiais e professores qualificados. Contudo, a cultura e a ideia sobre a educação em determinadas regiões do Maranhão podem ser inspirações desanimadoras para a educação formal, já que a crise econômica e necessidades imediatas do dia-a-dia que acabam colocando a educação em segundo plano.

Saber como essa evasão foi gerada e quais são as estratégias que podem ajudar a reduzir-se são essenciais para políticas públicas e práticas educacionais se tornarem mais assertivas, visando garantir exatamente que a educação seja efetivamente um mecanismo de mudança social. Políticas de apoio efetivas no desenrolar do cenário educacional como, promoção do professor, desenvolvimento de iniciativas de comunidade mais forte e criação de cursos EJA que adaptam-se às vidas dos alunos, são as alternativas possíveis para reduzir o índice da evasão e garantir educação de qualidade para todos.

Este artigo tem como objetivo principal analisar, de maneira crítica, os avanços, desafios e perspectivas da política da EJA, a partir da materialidade dessa modalidade educacional na Escola Municipal Maria Evangelista, localizada no município de Imperatriz/MA. Para tanto, nosso caminho metodológico foi a partir da perspectiva qualitativa de pesquisa, tendo em vista as análises dos dados levantados na secretaria municipal de ensino, das entrevistas realizadas com todos os dezessete estudantes matriculados na EJA, dos dados coletados na escola através de questionários aplicados, além, claro, do levantamento bibliográfico com base em obras que possuem uma perspectiva mais crítica sobre a temática aqui estudada.

A perspectiva crítica que orienta as discussões aqui desenvolvidas destaca a necessidade de uma educação dialógica, participativa e contextualizada, segundo o método freiriano, a partir da assertiva de que, a educação deve partir da realidade concreta dos estudantes, reconhecendo seus saberes e experiências de vida como ponto de partida para a construção do conhecimento (FREIRE,1987). Afinal, compreender a política de Educação de Jovens e Adultos não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso com a justiça social e a democratização do acesso ao conhecimento.

2. A POLÍTICA DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, é um dos principais instrumentos de inclusão educacional, a mesma vem proporcionando a oportunidade de retomada dos estudos dos que, por diferentes motivos, não conseguiram completar a escolarização na idade considerada convencional. Esse público é composto por jovens e adultos com trajetórias de vida diversas, que muitas vezes enfrentam obstáculos significativos, como a necessidade de trabalhar para sustentar a família ou a própria subsistência, dificuldades de acesso à educação devido a questões socioeconômicas ou até a interrupções no processo educacional. Para garantir que todos os cidadãos tenham a oportunidade de concluir seus estudos, a legislação brasileira tem estabelecido uma série de políticas públicas e normativas que regulam e fortalecem a EJA, assegurando seu caráter inclusivo e universal.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reconhece a EJA como parte integrante da educação básica, enfatizando que o acesso à educação é um direito de todos, sem distinção de idade ou histórico escolar (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabeleceram marcos normativos importantes para a consolidação da EJA como uma modalidade que garante o direito à educação ao longo da vida. No entanto, como destacam Ribeiro e Paiva, “a implementação efetiva dessa modalidade tem sido limitada por problemas estruturais e pela visão preconceituosa que ainda persiste em relação aos seus sujeitos e à sua função social” (2021, p.16). Esses desafios têm raízes em políticas públicas descontinuadas, na insuficiência de financiamento, e na falta de valorização dos educadores e dos estudantes desta modalidade de ensino.

Historicamente, a EJA esteve vinculada a iniciativas de alfabetização de adultos, como o Plano Nacional de Alfabetização (1964), interrompido pelo regime militar, e posteriormente à Campanha de Erradicação do Analfabetismo. A partir da década de 1990, a modalidade ganha novo fôlego com iniciativas como o Programa Brasil Alfabetizado e, mais recentemente, em 2005, com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) que tinha como objetivo combater a evasão escolar e promover a inclusão social de jovens entre 18 e 29 anos, que não haviam

concluído o ensino fundamental (MEC, 2024). Contudo, conforme alerta Arroyo, “essas políticas, muitas vezes, focam na educação como um mecanismo corretivo, sem considerar o potencial emancipador e transformador que a EJA pode e deve assumir” (2005, p.21).

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamenta a EJA, detalhando as modalidades de ensino e a flexibilidade das metodologias, essenciais para atender à diversidade de experiências e necessidades dos alunos dessa modalidade. O decreto especifica que a EJA deve ser ofertada com uma abordagem pedagógica adaptada às condições de tempo e ritmo de aprendizagem dos alunos, o que possibilita uma educação de qualidade para aqueles que, por diversas razões, interromperam ou não tiveram acesso à educação formal na idade considerada ideal (BRASIL, 2004). Dessa forma, a EJA se configura como um mecanismo de inclusão e de promoção de equidade, permitindo a ampliação do acesso à educação básica e a redução das desigualdades educacionais no país.

Em 2021, o Parecer CNE/CEB nº 1, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, reforçou a necessidade de que a educação de jovens e adultos seja pensada de maneira ainda mais específica e adaptada às características desse público. O parecer reconhece que a EJA deve ser mais do que uma simples recuperação do conteúdo acadêmico perdido; ela deve ser uma ferramenta de formação cidadã, permitindo que os alunos desenvolvam competências não só cognitivas, mas também sociais e políticas. A proposta é que o estudante da EJA seja incentivado a participar ativamente da vida comunitária, a compreender os processos sociais e políticos e a adquirir conhecimentos que lhe proporcionem uma melhoria das suas condições de vida (BRASIL, 2021). Portanto, a EJA deve ser encarada como uma via de transformação social, não apenas pela oferta de uma formação básica, mas também pela construção de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade de maneira mais ampla.

No entanto, apesar dos avanços legislativos e da consolidação das políticas públicas voltadas para a EJA, ainda existem desafios consideráveis para que essa modalidade educacional atenda de maneira efetiva às necessidades do público. As desigualdades no acesso à educação, principalmente nas regiões mais afastadas e periféricas do país, ainda são um obstáculo significativo. Nessas áreas, a

infraestrutura educacional muitas vezes é precária, com escolas mal equipadas e falta de recursos humanos qualificados, o que prejudica a qualidade do ensino. Além disso, os alunos da EJA enfrentam, em muitos casos, a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, o que dificulta ainda mais o acesso e a permanência na escola. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de evasão na EJA ainda é elevada, especialmente nas faixas etárias mais avançadas, o que demonstra a necessidade de ajustes na oferta e nas metodologias de ensino.

A flexibilidade no ensino é uma das respostas mais eficazes para enfrentar essas dificuldades. A adaptação do horário escolar, por exemplo, permite que os alunos possam estudar em turnos alternativos ou em horários compatíveis com suas responsabilidades profissionais. Além disso, o uso de novas tecnologias, como o ensino a distância e as metodologias híbridas, tem se mostrado uma solução eficiente para ampliar o alcance da EJA, permitindo que alunos de diferentes regiões, até mesmo das mais distantes, possam acessar conteúdos educativos sem a necessidade de deslocamento físico para as escolas. Essas tecnologias oferecem um aprendizado mais autônomo, permitindo que os alunos estudem no seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades, o que também contribui para a redução das taxas de evasão. Porém, a implementação de soluções tecnológicas exige investimentos em infraestrutura, como a disponibilização de dispositivos móveis e acesso à internet de qualidade para todos os alunos, o que ainda representa um desafio em muitas regiões do Brasil.

Ademais, é fundamental que a EJA não seja limitada à transmissão de conteúdos acadêmicos. Ela deve promover a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e atuar sobre as questões sociais e políticas que afetam suas vidas. A EJA, nesse sentido, precisa ser um espaço de construção coletiva do conhecimento, onde o diálogo e o respeito à experiência de vida dos alunos sejam valorizados. Os educadores devem atuar como mediadores do processo de aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o protagonismo dos alunos. O processo educacional deve levar em conta a diversidade de idades, de histórias de vida e de níveis de escolaridade, criando um ambiente no qual os alunos possam compartilhar suas experiências e contribuir para o enriquecimento do aprendizado coletivo. A construção de um ambiente educacional democrático, onde

todos têm voz, é essencial para que a EJA cumpra seu papel de promover a cidadania plena e a transformação social.

Os desafios da EJA vão além das questões pedagógicas, envolvendo também fatores econômicos e sociais que dificultam a permanência dos estudantes. Nesse sentido, segundo estudo de Silva e Carvalho:

[...] mais de 70% dos estudantes da EJA enfrentam situações de vulnerabilidade social, como desemprego, trabalho informal e falta de acesso a serviços básicos, fatores que comprometem sua trajetória educacional” (2020, p.781).

Além disso, o estigma associado à modalidade, vista por muitos como uma “segunda chance” ou como “educação de menor valor”, reforça a exclusão simbólica desses sujeitos no sistema educacional.

Essa realidade de vulnerabilidade social dos estudantes da EJA, destacada por Silva e Carvalho (2020), também corresponde ao universo dos 17 estudantes da EJA da Escola Municipal Maria Evangelista, onde 8 são donas de casa sem renda, 1 está desempregado e os 8 restantes possuem uma renda não superior a um salário mínimo, sendo destes 7 são trabalhadores informais e apenas 1 tem carteira de trabalho assinada.

A precariedade estrutural das políticas voltadas para a EJA também se reflete na formação e nas condições de trabalho dos educadores. Conforme apontam Oliveira e Lima:

[...] há uma lacuna significativa na formação inicial e continuada dos professores que atuam na EJA, resultando em práticas pedagógicas que muitas vezes não dialogam com as realidades dos estudantes” (2019, p.574).

Podemos constatar essa realidade no nosso campo de pesquisa, onde os professores do EJA não possuem nenhuma formação específica que vise a melhoria e/ou desenvolvimento de mecanismos metodológicos que aprimorem o processo de ensino/aprendizagem. Essa deficiência é agravada pela alta rotatividade de profissionais e pela ausência de planos de carreira específicos, o que compromete a qualidade do ensino oferecido.

Outro aspecto importante a ser destacado é o financiamento da educação, que continua sendo um dos maiores desafios para a EJA. O acesso à educação de qualidade depende diretamente dos investimentos em infraestrutura escolar, na

formação e capacitação de professores e no desenvolvimento de materiais didáticos adequados às necessidades do público da EJA. Para que a EJA seja uma política pública efetiva, é necessário um financiamento constante e robusto, que garanta a manutenção e o crescimento dessa modalidade educacional em todo o território nacional. A falta de recursos para a educação compromete a qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a implementação de políticas públicas que atendam as especificidades dos alunos da EJA.

Em 2024, o Brasil enfrenta um cenário desafiador em relação à educação, com a EJA sendo uma das modalidades que ainda exige atenção especial. O compromisso do Estado e da sociedade com a educação de jovens e adultos deve ser reforçado, com a implementação de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, promovam a qualidade do ensino e estimulem a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Apesar desses desafios, a EJA possui um potencial significativo para promover mudanças estruturais na sociedade brasileira, especialmente quando articulada a outras políticas públicas, como a educação profissional, o combate ao analfabetismo funcional e a ampliação do acesso ao ensino superior. Como destaca Haddad, “a EJA é mais do que uma política compensatória; é uma estratégia de inclusão que pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da democracia” (2022, p.09).

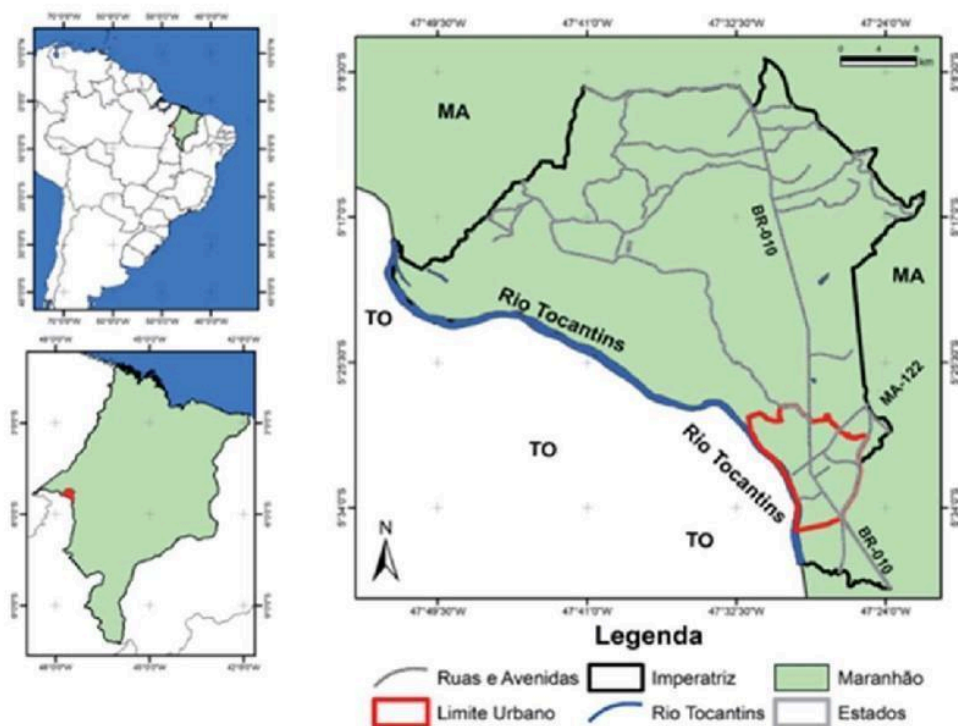
A educação, como direito fundamental, deve ser acessível a todos, sem barreiras. Para isso, é necessário um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e instituições educacionais para que a EJA cumpra sua missão de transformar a vida de milhares de brasileiros, oferecendo a eles a chance de uma nova oportunidade de aprendizado e de uma vida melhor.

3. A EJA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA

O município de Imperatriz está localizado na região sudoeste maranhense, possui uma área total de 1.369,039 Km² e uma população estimada, em 2024, de

285.146, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. Podemos observar sua localização geográfica a partir da figura 01²:

Figura 1: localização do município de Imperatriz – MA.



Fonte: IBGE (2018); IMESC (2021); Santos et al. (2018).

Ainda segundo dados do IBGE (2023)³ Imperatriz possui um total de 138 estabelecimentos de ensino fundamental, desse total, apenas, 23 escolas possuem a modalidade EJA, sendo 21 escolas no núcleo urbano e 2 estabelecimentos de ensino na zona rural.

Como percorrido até aqui, os desafios na Educação de Jovens e Adultos é constante, especialmente quando é desenvolvida nas escolas das periferias urbanas, como é o caso do bairro Itamaguará, onde a Escola Maria Evangelista está localizada. A falta de continuidade no processo educacional não é apenas uma

¹ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama> , acessado em 22/12/2024.

² Imagem retirada do artigo: AZEVEDO, George Fernandes et al. *Uso de imagens Landsat 8 para análise das temperaturas superficiais do município de Imperatriz, MA*. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais. v.12 - n.6, Jun 2021.

³ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/panorama> , acessado em 22/12/2024



questão de falta de interesse dos alunos, mas reflete uma série de dificuldades que envolvem a realidade socioeconômica dos estudantes, como vimos anteriormente.

No contexto de uma cidade marcada por desigualdades, como é o caso de Imperatriz, a busca pela reprodução material da vida, muitas vezes se coloca como prioridade em relação à educação, gerando um círculo vicioso que impede a continuidade dos estudos, por parte daqueles que compõem a classe subalterna da sociedade.

A partir da vivência empírica na escola, percebemos que a frequência irregular dos alunos era uma realidade repetitiva. Muitos estavam ausentes devido à necessidade de trabalhar para garantir o sustento da família, algo que se torna urgente e que, na maioria das vezes, os mesmos se vêem obrigados à abandonar os estudos para buscar trabalho para garantir a sobrevivência familiar.

Para muitos alunos da EJA, o mercado de trabalho é visto como uma solução imediata para as necessidades financeiras, e a escola, embora ofereça uma chance de mudança e de futuro, perde seu papel de importância e prioridades devido aos cotidianos desses sujeitos. É difícil competir com a necessidade diária e isso é o que muitas vezes leva à evasão escolar.

A partir das experiências em campo é nítida a presença de mulheres nas turmas da EJA, muitas delas tentando equilibrar os estudos com as responsabilidades de cuidar da casa e dos filhos, ou seja, com o trabalho reprodutivo, como é o caso das 8 estudantes matriculadas na EJA da escola aqui pesquisada. Esse é um aspecto que reflete a desigualdade de gênero, onde as mulheres são muitas vezes sobrecarregadas com as tarefas domésticas, sem o devido apoio dentro de casa. Logo, a partir dessa realidade imposta por essa relação assimétrica de gênero e pela divisão sexual do trabalho, elas acabam tendo que escolher entre trabalhar, cuidar da casa ou estudar.

Para essas mulheres, a educação é uma oportunidade de transformação, mas o peso das responsabilidades diárias muitas vezes as impede de dar continuidade aos estudos. É um desafio constante, pois, sem apoio, elas ficam em uma situação em que a educação é deixada de lado em prol das necessidades mais urgentes da casa.

Diante de todas as diversidades e dificuldades é notório o entusiasmo e a determinação que muitos desses alunos, especialmente os mais velhos. Mesmo

diante das dificuldades, eles querem concluir o ensino fundamental e seguir para o ensino médio, em busca de melhores oportunidades, como constatamos em nossa pesquisa. O desejo de mudar de vida está ali, no brilho dos olhos, nas conversas sobre o mercado de trabalho, nas perguntas sobre o futuro. No entanto, apesar dessa vontade, as condições de vida os desafiam constantemente.

A escola, apesar de ser um local de aprendizagem, não pode se desvincular das limitações que o bairro e a cidade impõem. O cenário é complexo, mas a força de vontade dos alunos é um reflexo do desejo de transformação, algo que a educação pode proporcionar se forem dadas as condições para isso.

A evasão escolar na EJA, particularmente em regiões periféricas como é o bairro Itamaquará, não se configura apenas como um desafio educacional, mas está intrinsecamente relacionada a fatores sociais e econômicos, como a necessidade de inserção no mercado de trabalho, a escassez de infraestrutura urbana e escolar e as responsabilidades familiares. Para muitos alunos, a educação representa uma oportunidade de transformação social, mas é necessário que as políticas públicas e a estrutura escolar se adequem às especificidades dessas populações. A flexibilização dos modelos pedagógicos, o apoio àqueles que enfrentam múltiplas demandas e a melhoria nas condições de acesso à educação são fundamentais para reduzir as taxas de evasão.

A escola deve, portanto, ser um ambiente de acolhimento e inclusão, capaz de atender às necessidades dos alunos e proporcionar oportunidades de desenvolvimento, minimizando os fatores que contribuem para o abandono escolar.

3.1 A EJA na escola Maria Evangelista

A Escola Municipal Maria Evangelista, vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Imperatriz, destaca-se como um importante polo de atendimento educacional para jovens e adultos, desempenhando papel estratégico na promoção do direito à educação e na redução das desigualdades sociais nas comunidades Itamaquará, Conjunto Nova Vitória e Cidade Nova.

A E.M. Maria Evangelista Avenida 01, quadra 33, no Bairro Itamar Guara. Foi fundada no ano de 2014, na então gestão do prefeito Sebastião Madeira (2009-2017). A escola possui 17 professores em exercício. Nela estão matriculados

um total de 460 alunos distribuídos em 41 na creche, 91 na pré-escola, 262 nos anos iniciais do ensino fundamental, 198 matriculados nos anos finais do ensino fundamental, 35 na Educação Especial e 52 no EJA.

Já sobre a estrutura física da escola, possui 12 salas de aula, almoxarifado, Banheiros (inclusive com acessibilidade para Pessoa Com Deficiência e também exclusivo para funcionários), biblioteca, cozinha, refeitório, laboratório de ciências e um pátio coberto. Podemos observar a escola a partir da imagem 01

Imagem 01: Vista parcial da E.M. Maria Evangelista



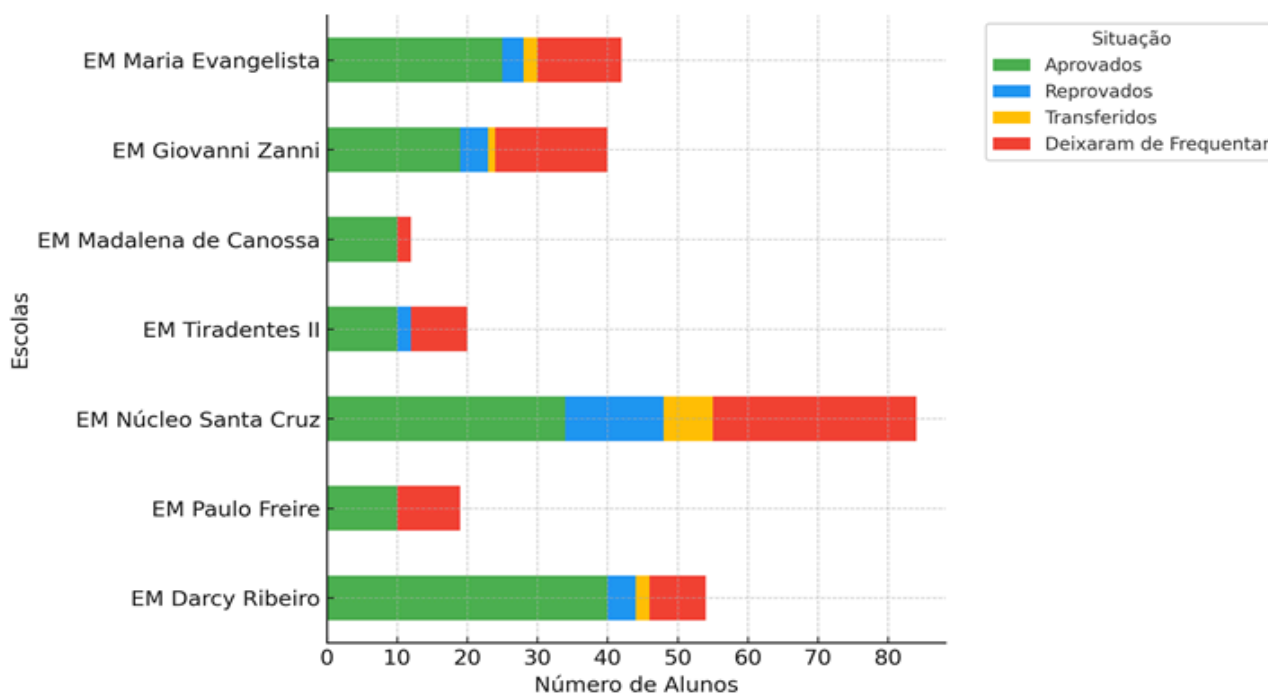
Fonte: Trabalho de Campo

Foto: SERAFIM, Tiago Silva Oliveira

De acordo com os dados mais recentes da SEMED e do Censo Escolar 2024, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Imperatriz atende um total de 983 de estudantes, destacando a importância dessa modalidade como um instrumento fundamental para a inclusão social e a promoção da emancipação cidadã. Contudo, persistem desafios significativos, especialmente relacionados à evasão escolar. Tal fenômeno está fortemente associado a fatores socioeconômicos, como a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, a sobrecarga de responsabilidades familiares, além de aspectos estruturais que dificultam a permanência e o êxito escolar.

Podemos observar, a partir do gráfico 01, a movimentação escolar dos estudantes do EJA, a partir das suas aprovações, reprovações, transferências e desistência dos estudos.

Gráfico 01: Movimentação Escolar – EJA Imperatriz/MA (2024)

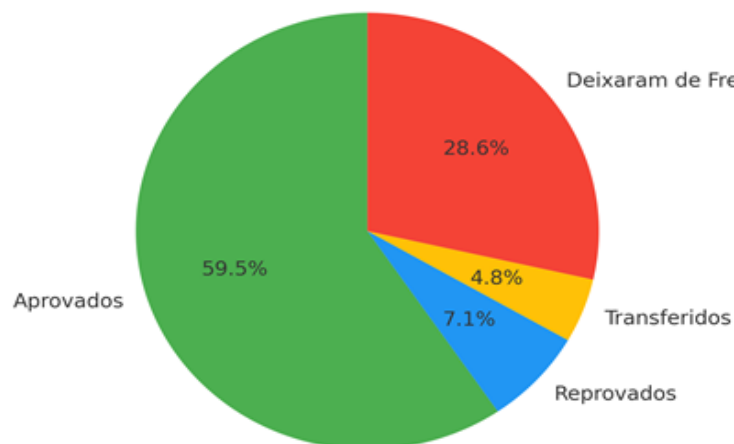


Fonte: SEMED Imperatriz/MA (2024)
Organização: SERAFIM, Tiago Silva Oliveira

Podemos considerar, a partir da análise do gráfico 01, que há uma considerável permanência dos estudantes no EJA, com uma aprovação considerada nos anos letivos e uma baixa desistência dos estudos. No entanto, observa-se uma maior desistência dos alunos na Escola Municipal Núcleo Santa Cruz.

No que abrange nosso recorte de pesquisa, a E.M. Maria Evangelista há uma maior quantidade de alunos aprovados do que desistentes. Como podemos observar, mais detalhadamente no gráfico 02:

Gráfico 02: Movimentação Escolar – EJA, EM Maria Evangelista (2024)



Fonte: SEMED Imperatriz/MA (2024)
Organização: SERAFIM, Tiago Silva Oliveira

No caso específico da Escola Municipal Maria Evangelista, os dados indicam uma taxa de aprovação expressiva, refletindo o compromisso da equipe pedagógica com a aprendizagem. No entanto, observa-se também uma proporção significativa de estudantes que abandonam a escola ou são transferidos ao longo do processo formativo, em grande parte devido ao trabalho e às mudanças de bairro em função das atividades cotidianas dos mesmos. Este quadro evidencia a necessidade urgente de políticas públicas articuladas que garantam não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e o sucesso escolar, assegurando que os estudantes da EJA tenham condições efetivas de concluir sua trajetória educacional.

Os gráficos apresentados acima oferecem uma representação visual clara da movimentação escolar no âmbito da EJA municipal, tanto de forma comparativa entre as escolas, como de maneira específica para a EM Maria Evangelista, permitindo uma análise mais aprofundada dos indicadores educacionais.

A Partir dos dados analisados ressalto a importância do fortalecimento de estratégias educacionais inclusivas para as classes proletária, periférica e reprodutiva, que contemplem as singularidades destes públicos da EJA. Entre as estratégias recomendadas para combater a evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacam-se a flexibilização curricular, o oferecimento de apoio psicossocial contínuo e o fortalecimento da parceria entre escola e comunidade. Essas ações visam proporcionar um ambiente educativo mais inclusivo e adaptado

às necessidades dos estudantes, promovendo sua permanência no processo de aprendizagem e garantindo uma formação integral, que vá além do aspecto acadêmico, abordando também suas questões emocionais e sociais.

A pesquisa realizada com 17 alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Municipal Maria Evangelista, traz à tona biografias que refletem não só a diversidade de idades e experiências de vida, mas também os desafios e sonhos de pessoas que, por diferentes motivos, interromperam seus estudos e agora buscam uma nova chance de retomá-los. Os dados mostram que a maioria dos participantes varia nas faixas etárias de 15 aos 64 anos, evidenciando a pluradidade do público que a EJA tem alcançado.

Quadro 1. Panorama socioeconômico dos estudantes da EJA da EM Maria Evangelista

ESTUDANTE	Genero	Idade	Qual ano você iniciou o EJA?	Até que ano (série) você estudou na escola tradicional? Qual ano você parou?	O que motivou a parar os estudos?	O que motivou a buscar o EJA?	Para vocês qual a principal vantagem de fazer o EJA?	Você trabalha? Qual sua profissão?	É formal (carteira assinada) ou informal?
ESTUDANTE 1	F	40	2024	6º ANO	TRABALHO	SONHOS DE VIDA	APRENDER MAIS	DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 2	F	42	2022	3º ANO	PROBLEMAS DE VISTA	VONTADE DE APRENDER LER E ESCRIVER MELHOR	PRA MIM É BOM PORQUE POSSO ESTUDAR E TRABALHAR	TRABALHO DOMESTICO	MINHA CARTEIRA NÃO É ASSINADA
ESTUDANTE 3	M	15	2024	7º SAÍDO TRADICIONAL E FUI PRA NOITE	NÃO PAREI	TAVA ATRASADO	X	NÃO	X
ESTUDANTE 4	M	22	2024	6º ANO	FALTA DE INTERESSE, DESINTERESSADO NÃO TIVE FOCO E PAREI	FORÇA DE VONTADE	QUERO TERMINAR MEUS ESTUDOS E SER ALGUÉM NA VIDA	ALIMENTADOR DE PRODUÇÃO	CARTEIRA ASSINADA
ESTUDANTE 5	M	38	2020	ESTUDEI ATÉ O 1º ANO DO 2º GRAU / (2005)	SERVIÇO LONGE E ONIBUS	BUSCAR MELHORAS DE TRABALHO	SE FORMAR E FAZER UMA FACULDADE	SIM, PEDREIRO	INFORMAL
ESTUDANTE 6	M	37	2024	6º ANO	TRABALHO	APRENDER MAIS	SEMPRE APRENDER	ENCOSTADO	SIM
ESTUDANTE 7	M	15	2024	6º ANO 2024	SAÍDO REGULAR E CONTINUEI	TEVE QUE TRABALHAR	PARA TRABALHAR E TERMINAR LIGEIRO	REPOSITOR	MINHA CARTEIRA NÃO É ASSINADA
ESTUDANTE 8	F	X	2024	6º ANO PAREI EM 2014	TERMINAR OS ESTUDOS E BUSCAR APRENDIZADO PRO MERCADO DE TRABALHO	NÃO	DONA DO LAR	INFORMAL	
ESTUDANTE 9	M	16	2022	6º ANO / 2022	NÃO PAREI	COMEÇAR A TRABALHAR	TERMINAR MAIS RÁPIDO	TRABALHO EM MERCADINHO	INFORMAL
ESTUDANTE 10	F	55	2024	4º	CRIAR IRMÃOS, EXPULSÃO, MORAR NO INTERIOR, TEMPO, TRABALHO, 1º FILHO, CRIAR IRMÃOS.	ENSINAR OS FILHOS, LER A BIBLIA, APRENDER A LER, LER E ESCRIVER, ASSINAR O NOME, PEGAR UM ONIBUS.	TERMINAR ESTUDOS, DIPLOMA, APRENDER A LER E ESCRIVER.	DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 11	F	64	2022	NUNCA ESTUDEI				DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 12	F	40	2024	5º				ATENDENTE HOTEL	INFORMAL
ESTUDANTE 13	F	30	2024	4º				DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 14	F	56	2024	NUNCA ESTUDEI				DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 15	F	58	2022	REFEZO DO				DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 16	F	46	2024	3º				DONA DE CASA	X
ESTUDANTE 17	M	59	2022	1º				APOSENTADO	INSS

Fonte: Trabalho de campo (2024)
Organizador: SERAFIM, Tiago Silva Oliveira

O ano de 2024 se destaca, com 10 dos 17 participantes iniciando o curso este ano. Para muitos, a decisão de voltar à escola está diretamente ligada à vontade de conquistar algo que ficou para trás, seja pela necessidade de melhorar a leitura e escrita ou por uma busca mais profunda por desenvolvimento pessoal e profissional. A estudante 2, por exemplo, disse que queria "ler e escrever melhor", o que reflete a importância da alfabetização na vida cotidiana dessas pessoas. Já Estudante 1, mãe de dois filhos, ressaltou o desejo de aprender mais para poder ajudar sua família, mostrando como a educação muitas vezes se torna uma ferramenta de transformação para quem a busca.

As razões para a interrupção dos estudos foram diversas, mas a principal foi a necessidade de trabalhar. Muitos dos entrevistados, como Estudante 5, mencionaram que precisaram parar de estudar para ajudar no sustento de suas famílias. Outros, como Estudante 3 e Estudante 7, enfrentaram a realidade de trabalhar enquanto estudavam, o que acabou atrasando sua formação. Estudante 4, por exemplo, interrompeu seus estudos devido à falta de foco e interesse, mas encontrou forças para recomeçar no EJA com o objetivo de "ser alguém na vida". Esses relatos demonstram como a vida adulta, com suas responsabilidades, muitas vezes exige que os sonhos de estudar fiquem em segundo plano.

Ainda assim, a motivação para retomar os estudos através do EJA é clara: o desejo de mudar de vida. Para muitos, o objetivo não é apenas concluir o ensino fundamental ou médio, mas alcançar algo mais: um diploma que possa abrir portas para novas oportunidades no mercado de trabalho. Estudante 5, que trabalha como pedreiro, expressou seu desejo de fazer uma faculdade, algo que parecia distante quando ele precisou interromper os estudos, mas que agora está ao alcance, graças ao EJA. A busca por uma qualificação para alcançar melhores condições de vida e proporcionar um futuro melhor para seus filhos é uma constante nos relatos dos participantes.

Apesar das boas intenções, a caminhada para conciliar estudos, trabalho e vida pessoal é desafiadora. Muitos alunos, como Estudante 7, afirmam que o principal obstáculo é a falta de tempo, já que precisam trabalhar para se sustentar. A dificuldade de equilibrar essas responsabilidades, somada à falta de condições de transporte ou ao longo deslocamento até a escola, como mencionado por Estudante 10, cria barreiras adicionais no processo educacional. Para ela, por exemplo, a

distância da escola é um problema constante, refletindo a realidade de muitos alunos da EJA que enfrentam dificuldades logísticas para estudar.

Outro dado importante é que, em sua maioria, os alunos da EJA trabalham de forma informal, o que significa que muitos deles não têm acesso a benefícios trabalhistas ou a uma estabilidade profissional. Estudante 5, Estudante 7 e outros citam o trabalho informal como uma realidade presente na vida de muitos trabalhadores, limitando as oportunidades de crescimento profissional. Isso demonstra uma realidade comum entre aqueles que buscam a educação como forma de ascensão social, mas que ainda enfrentam barreiras no mercado de trabalho.

Apesar de todos esses desafios, a busca pela educação é, para esses alunos, uma verdadeira conquista. A flexibilidade de horário, oferecida pela EJA, facilita a inclusão daqueles que, por conta de seu trabalho, não teriam como estudar em horários convencionais. Estudante 8, por exemplo, destacou que a possibilidade de estudar à noite ajuda muito, pois a carga horária de trabalho durante o dia não deixa espaço para os estudos. Isso mostra como a EJA se adapta à realidade desses alunos, oferecendo a chance de continuar a formação acadêmica sem abrir mão da necessidade de sustento da família.

Em resumo, os dados revelam que a Educação de Jovens e Adultos é, para muitos, uma segunda chance. Uma oportunidade de recomeço, de superação das dificuldades e de conquista de uma vida melhor. Esses alunos não buscam apenas o conhecimento, mas também a chance de transformar suas vidas, seja no trabalho, seja na convivência com a família ou na busca por um futuro mais promissor, especialmente a partir da sua inserção no mundo do trabalho, conseguindo emprego formal através da sua melhor qualificação educacional. Mesmo diante das dificuldades, o retorno à escola é visto como um símbolo de esperança e de mudança, onde cada aprendizado representa uma vitória no caminho da realização pessoal e social.

4. ENTRE LUTAS E SONHOS: O RETORNO À ESCOLA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A relação entre educação e trabalho revela uma contradição evidente, especialmente sob a perspectiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em

muitas situações, indivíduos das periferias são levados a abandonar os estudos para trabalhar e garantir sua própria subsistência. No entanto, o que nem sempre se espera é que o próprio mundo do trabalho evolua e, com ele, as exigências de qualificação e especialização. Isso faz com que aqueles que se afastaram da educação formal regular sejam compelidos a retornar, em busca de um diploma ou qualificação que os permitam manter-se competitivos no mercado de trabalho. Trata-se de um verdadeiro paradoxo social: abandonar os estudos para trabalhar, e, depois, retornar aos estudos para continuar trabalhando.

O trabalho e a educação são historicamente marcados por tensões e contradições, especialmente quando observada sob a ótica das classes sociais populares. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), esse limbo torna-se ainda mais evidente. Muitos indivíduos que compõem esse público são oriundos de contextos de vulnerabilidade social, marcados por desigualdades econômicas, precariedade no acesso a políticas públicas e urgências ligadas à própria sobrevivência, como podemos observar nos resultados dessa pesquisa a partir das práticas de campo que tivemos com esse público e com os retornos da secretaria municipal de educação - SEMED. Nesses cenários, o ingresso precoce no mercado de trabalho torna-se quase uma obrigação, o que frequentemente os leva a interromper a escolarização.

A necessidade do sustento familiar e da inserção no mundo produtivo contribui para uma lógica em que a educação formal aparece como um luxo ou um privilégio inatingível devido todo o cenário do contexto em questão. Isso é reforçado por uma cultura que, por vezes, valoriza mais o trabalho imediato, ainda que precário do que os investimentos de longo prazo, como a formação escolar, um ponto de vista que foi inspirado e observado no cotidiano de muitos dos nossos estudantes da pesquisa onde precisaram se evadir dos estudos para seu sustento ou de sua família. Assim, a ideia de formação se coloca em segundo plano ou até mesmo é retirada de cogitação por muitos que permeiam esses contextos sociais.

Entretanto, esse afastamento da escola é frequentemente temporário. O que ocorre, com certa frequência, é que o próprio mundo do trabalho transforma-se e se desenvolve com todas as tecnologias e avanços, começando a demandar níveis cada vez maiores de qualificação e especialização.

Com o advento da tecnologia e o mercado tecnicista, da automação e das novas dinâmicas do setor de serviços, até mesmo as ocupações mais básicas passaram a requerer habilidades mínimas de leitura, escrita, operação de dispositivos eletrônicos e resolução de problemas que envolvem os trabalhos atuais.

Esse cenário faz com que muitos adultos e jovens retornem aos bancos escolares não por vocação acadêmica ou interesse cultural, mas por pura necessidade de reinserção no mercado de trabalho. Ou seja, abandonam os estudos para trabalhar e depois, são forçados a retomá-los para continuar trabalhando uma contradição estrutural de um modelo socioeconômico que empurra e, depois, cobra. Trata-se de um verdadeiro paradoxo social.

Essas realidades foram identificadas nas entrevistas realizadas com os estudantes da Escola Municipal Maria Evangelista, no município de Imperatriz/MA, como são relatados nitidamente pelos estudantes 2,5 e 7 do Quadro 01 de pesquisas analíticas deste artigo. Muitos relataram a busca pela EJA como alternativa para melhorar a empregabilidade, aumentar a renda familiar ou mesmo se preparar para concursos públicos ou cursos técnicos. A exigência do ensino fundamental completo, por exemplo, passou a ser critério mínimo para diversas vagas de trabalho que, anteriormente, eram acessíveis mesmo a quem não possuía escolaridade.

Para muitos desses estudantes, como registrado no Quadro 01 de caracterização socioeconômica da pesquisa, o retorno à escola representa uma forma de “provar valor” diante da sociedade e, principalmente, de conquistar algum nível de autonomia como o ato de “ler e escrever” relatados pelos estudantes 10 a 17 do mesmo quadro, onde os mesmos se encontram numa faixa etária avançada na idade e por isso existem dificuldades a mais, sejam físicas ou inteligíveis, relacionados a compreensão de temas, conteúdos ou significados. Isso reforça a ideia de que, mesmo diante de tantas dificuldades, há um esforço ativo quase heroico desses sujeitos em acessar seus direitos básicos, entre eles, “o direito à educação”.

Vale destacar, ainda, a dimensão simbólica desse retorno. Não se trata apenas de “aprender conteúdos escolares”, mas de reconfigurar trajetórias de vida que foram interrompidas ou desviadas por pressões externas. A escola passa, então, a representar um espaço de reconstrução identitária e de afirmação de

pertencimento social. Em outras palavras, é na tentativa de “voltar a estudar” que muitos sujeitos da EJA reencontram sua voz, sua autoestima e sua capacidade de projetar o futuro.

A escola, nesse contexto, precisa reconhecer seu papel como promotora de equidade. Isso implica não apenas oferecer conteúdos didáticos, mas também construir um ambiente de escuta, acolhimento e apoio emocional, como podemos observar na escola Maria Evangelista (campo focal desta pesquisa) onde existem movimentos de acolhimentos para as mães da comunidade, dando a liberdade de levar os seus filhos, a alimentação para a classe proletária que não tem tempo para preparar uma ceia a tempo da aula ou até mesmo não tem essa alimentação em suas casas, onde nessa mesma instituição há busca de recursos como materiais escolares para esses indivíduos que não tem condições de custear. Os educadores que atuam na EJA devem estar atentos a essas dinâmicas, muitas vezes não ditas, que movem seus estudantes a buscarem, mesmo com sacrifícios, o retorno à vida escolar.

Ao mesmo tempo, os currículos escolares precisam dialogar com as experiências de vida desses sujeitos. Uma EJA descontextualizada, que ignore o saber prático construído no mundo do trabalho, tende a soar como algo artificial. A valorização dos saberes prévios, das vivências profissionais e do repertório cultural acumulado pelos alunos é essencial para que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo.

O paradoxo evidenciado entre abandono escolar e exigência posterior de qualificação revela o quanto a sociedade brasileira ainda carece de um modelo educacional e laboral realmente inclusivo. No caso da EJA, essa contradição ganha contornos mais dramáticos por envolver sujeitos que historicamente tiveram seus direitos negados ou negligenciados. Ainda assim, como mostram os relatos dos estudantes da Escola Maria Evangelista, há uma força latente de superação. O desejo de aprender, conquistar um diploma e se manter competitivo no mercado de trabalho é também um ato de resistência — contra a exclusão, contra o preconceito e contra o ciclo da pobreza.

Valorizar essas trajetórias é, portanto, um compromisso não apenas com a educação, mas com a justiça social. Investir na EJA, escutando suas especificidades e respeitando a singularidade de seus sujeitos, é apostar num futuro em que estudar

e trabalhar não sejam dimensões opostas da vida, mas caminhos que se entrelaçam para garantir dignidade, autonomia e pertencimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil sempre foi um campo desafiador, pois lida com um público diversificado, com múltiplas demandas e realidades de vidas. Historicamente, a EJA tem sendo uma oportunidade de reintegração ao sistema educacional para aqueles que, por diferentes motivos, interromperam seus estudos na infância ou adolescência. No entanto, as condições socioeconômicas desfavoráveis e as responsabilidades familiares, como evidenciado na realidade de Imperatriz, tornam o acesso e a permanência na EJA um desafio constante. No contexto da cidade maranhense, a escassez de infraestrutura, a desigualdade social e a pressão econômica sobre as famílias geram um ciclo de evasão escolar difícil de romper. A educação, que poderia ser a chave para a transformação social, acaba perdendo sua prioridade frente às necessidades imediatas de sobrevivência.

Imperatriz, como muitas outras cidades do Brasil, revela um cenário no qual a EJA se torna um reflexo de contrastes regionais e sociais. A frequência irregular dos alunos da EJA, especialmente nas periferias, é um reflexo de uma estrutura socioeconômica desigual, que exige dos estudantes uma constante negociação entre estudar e trabalhar.

A EJA em Imperatriz, e em outras localidades com características semelhantes, não pode ser tratada como uma modalidade educacional isolada, mas como parte de um conjunto de políticas públicas integradas que abordem as múltiplas facetas da vida desses estudantes. A flexibilização dos métodos pedagógicos, a criação de horários alternativos, e o apoio psicológico são algumas soluções que podem facilitar a permanência dos alunos na escola. Além disso, a inserção de programas de apoio social, como a oferta de bolsas de estudo, auxílio alimentação e transporte, poderia aliviar a carga de responsabilidades dos estudantes, especialmente das mulheres, permitindo-lhes equilibrar os estudos com as demandas familiares.

Outra importante estratégia seria o fortalecimento da rede de apoio às famílias, especialmente aquelas que enfrentam uma sobrecarga de tarefas domésticas e de trabalho. Programas de assistência social que atendam a essa demanda, como a



criação de espaços de cuidado para crianças e idosos enquanto os responsáveis estão na escola, podem ser fundamentais para a redução da evasão. A escola, por sua vez, precisa ser um espaço de acolhimento, capaz de reconhecer e atender às especificidades de seus alunos, promovendo um ambiente inclusivo que considere a diversidade de experiências e de idades. Isso não apenas ajuda a reduzir a evasão, mas também fortalece o compromisso dos estudantes com o processo educacional.

Ademais, é essencial que o Estado invista na capacitação contínua de educadores que atuam na EJA, garantindo que estes profissionais possuam as ferramentas pedagógicas e emocionais necessárias para lidar com a diversidade de alunos e as dificuldades de aprendizagem que podem surgir. Os professores devem ser capacitados para atuar com metodologias que respeitem os tempos e ritmos dos estudantes, além de oferecerem estratégias que integrem teoria e prática de forma a tornar o aprendizado mais acessível e significativo.

Em suma, a EJA, como um instrumento de inclusão e transformação social, necessita de um enfoque diversificado em vários ângulos e integrado. No caso específico de Imperatriz, é imprescindível que as políticas públicas e educacionais se ajustem às realidades locais, promovendo a flexibilização curricular, a criação de redes de apoio social e o fortalecimento da infraestrutura escolar. A educação, enquanto direito fundamental, deve ser compreendida como uma oportunidade de mudança, e somente com a articulação entre diferentes esferas do poder público e da sociedade será possível garantir que os alunos da EJA, especialmente nas periferias urbanas, possam superar as barreiras e realizar seus sonhos de uma vida melhor.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta a educação de jovens e adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. *Regulamenta a educação de jovens e adultos*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos". Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. "PROJOVEM". Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/projovem/historico>, acessado em: 20/12/2024.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 1, de 26 de maio de 2021. Homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 1, de 26 de maio de 2021. *Homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação*. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 2021.

FREIRE, Paulo. "Pedagogia do Oprimido". 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HADDAD, Sérgio. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: entre avanços e desafios. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 1-20, 2022.

IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos). *Relatório de Indicadores Socioeconômicos do Maranhão*. Disponível em: [site do IMESC]. Acesso em: 19 dez. 2024.

OLIVEIRA, Regina; LIMA, Sérgio. A formação docente para a EJA no Brasil. Educação em Revista, v. 35, n. 4, p. 567-588, 2019.

RIBEIRO, Paula; PAIVA, Luana. Desafios da política pública na Educação de Jovens e Adultos. Cadernos de Educação, v. 40, n. 2, p. 34-50, 2021.

SILVA, Mariana; CARVALHO, Thiago. Vulnerabilidades sociais e a permanência na EJA. Revista Educação e Sociedade, v. 41, n. 3, p. 783-802, 2020.